

DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NA ÁSIA-PACÍFICO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS, DA PAX AMERICANA AO PÓS-GUERRA FRIA

*Paulo G. Fagundes Vizentini**

A Ásia-Pacífico tem constituído a região de maior dinamismo econômico no Mundo. Esse fenômeno possui seu epicentro na Ásia Oriental e vem ocorrendo há aproximadamente duas décadas. Sua importância, entretanto, não tem sido apreendida em toda sua dimensão e complexidade. Denominada por alguns de “bloco asiático” e por outros de “bloco japonês”, essa região e seu processo de integração são comumente analisadas a partir de premissas inadequadas. A Ásia não constitui um “bloco”, nem o Japão é atualmente seu único pólo dinamizador, pois os fenômenos econômicos e políticos atualmente em curso na Ásia, embora se encontrem articulados ao conjunto das transformações globais, apresentam formas peculiares. A opinião pública mundial, e a brasileira em particular, costuma avaliar a ascensão da Ásia-Pacífico a partir de um prisma jornalístico, comumente simplificador e distorcido. Assim, são dadas explicações culturais, raciais, religiosas e político-ideológicas para justificar o “sucesso asiático”, sem um maior conhecimento do tema e das complexas realidades que envolve.

Dentro dessa problemática, o presente artigo objetiva apresentar uma introdução que sirva de base ao conjunto de textos desta coletânea, redigido

* Professor de Relações Internacionais na UFRGS, Mestre em Ciência Política por esta Universidade e Doutor em História Econômica pela USP. Autor de **Da Guerra Fria à Crise** (EDUFRGS) e coordenador de **A Grande Crise: a Nova (des)Ordem Internacional** (Vozes). Integrou a Missão Acadêmica do Ministério de Relações Exteriores à Ásia-Pacífico em setembro de 1994.

numa linguagem acessível ao leitor menos especializado. Entretanto buscar-se-á também discutir uma série de questões teórico-estruturais, indispensáveis para uma compreensão mais profunda dos problemas e das perspectivas da realidade político-econômica da Ásia-Pacífico. Minha contribuição tem por base a experiência docente em História da Ásia Contemporânea na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de pesquisa sobre o sistema internacional e sobre as relações do Brasil com a Ásia Oriental, bem como dos contatos diretos mantidos com os Institutos de Estudos Estratégicos Internacionais da República Popular da China, Hong Kong, Macau, Cingapura, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, enquanto integrante da Missão Acadêmica do Ministério de Relações Exteriores do Brasil à Ásia-Pacífico em setembro de 1994.

Formação do espaço geopolítico e econômico pacífico-asiático

Para uma compreensão de mais largo alcance sobre a dinâmica das sociedades asiáticas, é indispensável dedicar-se algum espaço à história da região, pois é a partir dela que essas nações construíram sua percepção estratégica. Durante o ciclo colonial, estruturado ao longo de quase cinco séculos de expansão e hegemonia européia, a Ásia conheceu uma situação de dominação direta e indireta, estagnação e mesmo retrocesso nas diversas esferas da vida social. A China imperial, que até o século XV fora, em vários campos, a nação mais avançada do Mundo, entrou numa fase de isolamento, estagnação e declínio.

Apenas o Japão escapou a essa sorte, devido ao limitado interesse das potências ocidentais pelo país (fraqueza do mercado interno e pobreza de recursos naturais) e à rápida reação de suas elites dirigentes. Forçado a abrir-se, enquanto observava outros países asiáticos muito mais poderosos serem dominados, o Japão desencadeou uma revolução modernizante e industrializadora em 1868, a Restauração Meiji. Essa "revolução burguesa pelo alto" foi liderada pela própria aristocracia nipônica e dinamizada a partir do aparelho de Estado. Em menos de 30 anos, o país tornava-se uma nação imperialista, atuando apenas em sua própria região, mas apoiando-se num militarismo extremamente agressivo.

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética deixaram como conseqüências na Ásia a ascensão das lutas sociais e dos movimentos de libertação nacional (dos quais a China constituía a principal protagonista) em sua convulsionada massa continental e o recuo do colonialismo europeu na franja oceânica do continente. Os Estados Unidos e o Japão emergiam como os principais protagonistas e competidores na Bacia do Pacífico e na Ásia Oriental. A rivalidade entre ambos foi potenciada pela Grande Depressão dos anos 30 e conduziu-os à Segunda Guerra Mundial, uma luta em que o Japão foi completamente derrotado, uma vez que se encontrava ainda na fase da primeira revolução industrial, enquanto os EUA já estavam na segunda.

A nova geopolítica da Ásia-Pacífico baseava-se no rebaixamento do Japão de sua condição de potência industrial e na hegemonia de Washington sobre a região, apoiada numa aliança com a China do Kuomintang e na contenção da URSS e dos movimentos revolucionários e nacionalistas na região. O bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki está claramente vinculado a essa segunda política, com o Japão sendo usado para uma demonstração de força da "teoria do bombardeio estratégico" do Pentágono norte-americano, destinada a advertir Moscou e as guerrilhas asiáticas.

Esse equilíbrio geopolítico idealizado por Washington, entretanto, se revelaria efêmero e pouco realista. O Partido "Nacionalista" (Kuomintang) de Chiang Kai-chek, aliado dos EUA, perdia terreno frente aos comunistas, devido a seu imobilismo social, corrupção, ineficiência e por sua dependência face ao Ocidente, que, para a maioria dos chineses, equivalia à continuidade da submissão às potências estrangeiras. O Partido Comunista Chinês (PCC), pelo contrário, além de defender a transformação social (particularmente o problema camponês), encampou habilmente a questão nacional. Em 1º de outubro de 1949, Mao Zedong, vitorioso, proclamou a República Popular da China (RPC), enquanto Chiang Kai-chek e a elite chinesa refugiavam-se na ilha de Formosa (Taiwan), levando consigo a maior parte dos capitais do país e sobrevivendo graças à proteção da VII frota norte-americana.

Em junho de 1950, a Coréia do Norte, entusiasmada pelo triunfo dos comunistas chineses, invadiu a Coréia do Sul, dando início a uma guerra extremamente violenta, que durou quase três anos, envolvendo também os Estados Unidos e contingentes de outros países ocidentais (sob bandeira da ONU), de um lado, e da China, de outro. Paralelamente, no Vietnã e noutros países do Sudeste Asiático, as guerrilhas esquerdistas e nacionalistas ameaçavam ainda mais a já alquebrada geopolítica desenhada pela Casa

Branca e pelo Pentágono. Com o Armistício de Paemunjon em 1953, encerrando o conflito coreano num empate, e os Acordos de Genebra em 1954 sobre o conflito indo-chinês, desenhou-se um novo cenário estratégico, com a massa continental asiática passando ao controle socialista, enquanto o oceano, sua periferia insular (Japão, Taiwan e Filipinas) e apêndices terrestres (Hong Kong, Coréia do Sul e Vietnã do Sul) eram controlados pelo capitalismo. O Pacífico tornou-se um "lago norte-americano", enquanto o continente se afigurava como um bastião socialista.

A "perda" da China, que foi aliada da URSS por mais de uma década, teve profundos desdobramentos em relação à política norte-americana, que articulou, desde a Guerra da Coréia, a aliança com um novo pólo a ser desenvolvido, o Japão. Constituindo inicialmente um ponto de apoio às operações na Coréia, o Japão passou à condição de aliado privilegiado dos EUA. Washington interrompeu o desmantelamento das indústrias e das elites políticas japonesas envolvidas na Segunda Guerra, permitiu a reconstrução dos Zaibatsu (conglomerados empresariais oligopólicos), passou a transferir recursos financeiros e tecnológicos ao país, enviou administradores para auxiliar na modernização da gestão das empresas e, mais decisivo ainda, abriu faixas de seu mercado interno exclusivamente aos produtos japoneses, originalmente pouco competitivos e de baixa qualidade.

Essa política permitiu à elite nipônica reconstruir e controlar o aparelho estatal, vencer e marginalizar a oposição de esquerda e reconstruir a economia nos anos 50. Na década seguinte, o "milagre japonês" consolidou a economia anterior do país e, ainda, concluiu a segunda revolução industrial. O Japão produziu, então, têxteis, confecções, alimentação, siderurgia, construção naval, radioeletrônicos, máquinas e produtos químicos, que eram exportados para os Estados Unidos e para alguns países da região. É importante ressaltar, entretanto, que o retorno do Japão ao concerto das nações e à economia mundial se produziu em estreita associação com Washington e sob a proteção do "guarda-chuva nuclear" norte-americano e que isso implicava um ordenamento radicalmente novo na região: a separação do Japão da China e do continente asiático, seu *interland* econômico e geopolítico até então.

A classe dirigente japonesa, sem dúvida, tirou grande proveito do *status* de nação subordinada-protégida dos EUA. Enquanto mantinha um baixo perfil no campo político-militar e apoiava Washington de forma irrestrita na Guerra Fria, Tóquio buscava prosseguir na busca dos objetivos nacionais de seu capitalismo no plano econômico. Por contraditório que possa parecer, tal

situação favorecia o Japão, que evitava os gastos de defesa inevitáveis a uma economia de seu porte e, simultaneamente, usufruía de segurança interna e externa. Entretanto é forçoso reconhecer que os Estados Unidos, com isto, afirmavam sua presença estratégica na região, ao mesmo tempo em que mantinham os dois grandes pólos asiáticos, Japão e China, separados um do outro. Isso obstaculizava a formação de um núcleo asiático autônomo de desenvolvimento, além de captar para a economia mundial sob sua liderança parte do esforço econômico japonês. De qualquer maneira, em sua relação com o Japão, os EUA consideravam que seus ganhos político-estratégicos cobriam largamente seus prejuízos econômicos decorrentes da relação bilateral.

Na década de 60, a situação começou a alterar-se significativamente. No plano global, estabeleceu-se a coexistência pacífica entre as duas superpotências, o que significou uma certa distensão no Hemisfério Norte e o deslocamento do eixo dos enfrentamentos para o Terceiro Mundo, que emergia como novo elemento das relações internacionais, através do processo de descolonização e da articulação diplomática desde a Conferência Afro-Asiática de Bandung. Este é o contexto da intensificação do conflito do Vietnã, com o envolvimento direto dos Estados Unidos, mas também do aprofundamento da ruptura entre os dois gigantes do mundo socialista, iniciada na segunda metade dos anos 50. A China, desvinculada do bloco soviético e do modelo soviético de desenvolvimento, evoluiu da radicalização ao isolamento diplomático e buscou novos paradigmas econômicos, do Grande Salto à Frente ao caos da Revolução Cultural.

A nova conjuntura, particularmente o desastroso envolvimento de Washington no conflito vietnamita, evidenciava o desgaste da *Pax Americana*, enquanto seus aliados europeus e japoneses (particularmente os perdedores da Segunda Guerra Mundial) apresentavam um significativo dinamismo econômico, o que os tornava "aliados-rivais" dos EUA. Tentando reverter esse quadro, a potência norte-americana exigiu progressivamente um maior engajamento de seus aliados nos custos de defesa do "mundo livre". O Japão, na medida do possível, procurou evitar esse engajamento e as conseqüentes pressões sobre sua economia. Como decorrência dessa estratégia, o Japão passou a incrementar a cooperação com os Estados anticomunistas da Ásia Oriental, os quais sobreviviam até então, em larga medida, graças à ajuda econômica norte-americana. No auge da confrontação na Indochina, foi criada, em 1967, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA), (congregando a Tailândia, a Malásia, a Indonésia, as Filipinas e Cingapura), como uma aliança anticomunista, embora voltada à cooperação econômica.

A revolução tecno-científica e a "revoada dos gansos"

O desgaste norte-americano na Indochina refletiu-se nos preocupantes déficits orçamentários surgidos a partir do auge do conflito, os quais somavam-se a déficits comerciais. Para enfrentar o problema, Nixon decretou, em 1971, a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro. Simultaneamente, o cartel dos exportadores de petróleo (OPEP), dominado pelas petromonarquias árabes conservadoras (aliadas de Washington) e fortemente articulado às empresas petrolíferas transnacionais, adotou uma política de aumentos reais escalonados de preço desde 1971. Em 1973, na esteira da Guerra do Yom Kippur, os preços atingiram quatro vezes seu valor inicial, combinado a um embargo aos países que apoiaram Israel (nessa época, menos de 10% do consumo norte-americano era suprido pelo Oriente Médio). Essa valorização do preço do petróleo representava, em larga medida, uma manobra contra as ascendentes economias japonesa e européia, não produtoras desse combustível. Além disso, os EUA adotaram uma série de medidas protecionistas, visando reverter a tendência deficitária em seu comércio com seus "aliados-rivais".

A crise norte-americana tinha por base não somente esses aspectos pontuais, pois era o próprio modelo de acumulação "fordista-keynesiano", que fundamentava o paradigma norte-americano, que havia atingido seus limites. O conjunto de políticas elaboradas pelos EUA desde 1971 constituía o ponto de partida para uma ampla rearticulação da economia mundial num quadro de crise recessiva internacional. Essa situação geral foi potenciada pelas medidas reativas norte-americanas, conduzindo os pólos avançados da economia capitalista a articularem como resposta uma nova divisão internacional da produção e uma revolução tecno-científica, ou Terceira Revolução Industrial (RTC), as quais desencadearam um processo de globalização econômico-financeira num quadro de intensa competição.

A nova divisão internacional da produção baseou-se na transferência, de países centrais para periféricos, de setores industriais criados na Primeira e na Segunda Revolução Industrial (têxteis e siderurgia, principalmente), bem como de determinados ramos de eletrodomésticos, eletrônica, audiovisuais, artigos de consumo popular, automóveis, além de outros que utilizam intensivamente força de trabalho e empregam tecnologia pouco avançada. Ao lado dessa nova distribuição mundial da produção, os centros capitalistas impulsionaram a

revolução tecnológica, principalmente nas áreas de informática, de comunicação, de biotecnologia, de robótica, de supercondutores, de química fina, de materiais sintéticos, de energia alternativa, etc. Esse salto tecnológico objetivava recuperar e redimensionar a acumulação de capital, esvaziar as conquistas trabalhistas, manter a vanguarda e a dominação sobre os países periféricos (alguns dos quais, como o Brasil, haviam logrado significativo desenvolvimento econômico e tecnológico) e neutralizar os avanços produtivos obtidos pelo campo socialista. A RTC baseava-se na pesquisa científica intensiva, cujos resultados eram imediatamente transformados em avanços tecnológicos e aplicados à produção, incrementando seu desempenho.

A reação norte-americana ao desgaste de sua hegemonia também se processou no plano estratégico. O Presidente Richard Nixon e o Secretário de Estado Henry Kissinger, preocupados em desengajar seu país do atoleiro vietnamita, bem como em reduzir os elevados custos da presença internacional dos EUA num quadro mundial caracterizado pela *détente*, formularam a "doutrina Nixon": vietnamização do conflito, atribuição aos aliados regionais de um maior papel nas tarefas de segurança e, o mais importante, o estabelecimento de uma aliança estratégica com a República Popular da China. Essa nova orientação materializou-se com a "diplomacia do ping-pong", desde 1971, a qual configurou a estruturação do eixo Washington—Beijing e o ingresso da China popular na ONU, no lugar que Taiwan ocupava no Conselho de Segurança.

Enquanto ocorria a normalização das relações e o acercamento sino-americano, sob o efeito da rearticulação global da economia nos quadros da RTC e dos esforços japoneses para se adequarem ao novo contexto, estruturava-se uma nova geografia econômica na região da Ásia Oriental. Nos anos 70, Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura estavam articuladas ao Japão através de uma divisão do trabalho. Os quatro Tigres Asiáticos (ou "pequenos dragões") recebiam o repasse, através das empresas transnacionais, das indústrias da "fase japonesa" anterior. O Japão passou, então, a dinamizar a região e a associar-se a economias de apoio, as quais lhe propiciavam articular um espaço de recuo, ou seja, um *interland* que lhe permitia manobrar frente às pressões norte-americanas.

Para compensar seus antigos aliados asiáticos anticomunistas pela reviravolta causada por sua aliança política e comercial com a RP da China, os EUA também acompanharam o Japão nos investimentos e na transferência tecnológica aos Tigres, de forma a manter o controle sobre estes. Implicitamente, os Estados Unidos também buscavam utilizá-los como plataformas

de exportação, visando ao mercado japonês, bem como enfrentar a concorrência deste. A tendência dominante, entretanto, era a de os Tigres se articularem intimamente com a economia japonesa, fornecendo-lhes componentes a preços baixos, para salvar a competitividade nipônica, ameaçada pela política do dólar, pela crise do petróleo e pelo surgimento de tendências protecionistas nos EUA.

O desenvolvimento industrial dos Tigres, por sua vez, fez com que o antigo papel desses países como fornecedores de produtos primários e insumos fosse transferido a nações do Sudeste Asiático, articulando uma íntima divisão de trabalho na Ásia Oriental. O economista japonês Saburo Okita cunhou uma expressão que foi consagrada na definição desse processo: "a revoada dos gansos". O "ganso líder" seria o Japão, o qual ocuparia o vértice de um V invertido, secundado pelos outros "gansos" a decolar e a integrar a formação: Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Cingapura. Estes, por sua vez, seriam seguidos pelos novos "gansos": os países da ANSEA. Com a Decisão do Hotel Plaza (Nova Iorque, setembro de 1985) de valorizar o ien, como forma de ampliar a competitividade das exportações norte-americanas, o comércio nipônico perdeu parte de suas vantagens, mas o aumento do valor de sua moeda permitiu um aumento dos investimentos na Ásia Oriental e uma maior associação com os Tigres.

O Japão criou, em meados dos anos 60, o Banco de Desenvolvimento Asiático e as conferências informais em nível ministerial sobre o desenvolvimento do Sudeste Asiático e propôs a criação da Área de Livre Comércio do Pacífico e Ásia, reunindo Canadá, Estados Unidos, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Segundo Amaury Porto de Oliveira, "(...) o projeto em apreço, de autoria do Professor Kiyoshi Kojima, mas sabidamente encorajado pelo então Ministro do Exterior e mais tarde Primeiro Ministro Takeo Miki, levou à realização da primeira das Conferências sobre Comércio e Desenvolvimento do Pacífico (PACTAD)". A primeira fase dessas conferências foi uma preocupação essencialmente japonesa, mas "(...) a segunda fase (1968-77) caracterizou-se pela entrada em cena dos australianos, preocupados com a adesão da Grã-Bretanha à CEE e as evidências de que setores governamentais japoneses estavam procurando organizar à sua maneira o que já se começava a chamar Comunidade do Pacífico" (OLIVEIRA, 1993, p.8). A partir de então, os Primeiros Ministros Masayoshi Ohira e Malcolm Fraser, do Japão e da Austrália respectivamente, lançaram as Conferências sobre Cooperação Econômica do Pacífico (PECC), que se tornaram um importante fórum informal de cooperação regional.

Apesar de o Japão liderar as economias da Ásia-Pacífico, as elites dirigentes dos Tigres não se satisfizeram com as condições de economias tributárias dessa nação. A situação inicial fora difícil e instável nesses países. Nos primeiros 15 anos após o fim da Guerra da Coreia, a parte socialista norte da península possuía um desenvolvimento muito maior que o sul capitalista, essencialmente agrário, onde a miséria e o atraso eram preocupantes. Os outros três viviam os problemas decorrentes do grande afluxo de refugiados num espaço geográfico exíguo. O primeiro esforço de industrialização estava voltado para a substituição de importações primária ou horizontal. Posteriormente, com sua inserção nas economias regional e mundial, esses países tornaram-se plataformas de exportação, nas condições anteriormente descritas.

Esses países, entretanto, continuaram seu esforço industrializante, copiando muitos elementos do modelo japonês triunfante. Os Tigres não teriam superado a condição de Novos Países Industriais (NPIs), se não fosse a determinação de seus grupos dirigentes em superar o **Estado mercantilista**, estimulado a partir de fatores externos. Eles dotaram sua industrialização de novas características **desenvolvimentistas**, que os levou, mais tarde, a concorrerem com o próprio Japão.

A propósito do notável desenvolvimento industrial dos Tigres (e em muitos aspectos do próprio Japão), é necessário ressaltar alguns aspectos do mesmo que são "ignorados" por grande parte do público e mesmo por certos analistas, simpáticos ao projeto neoliberal. O Estado de Desenvolvimento Capitalista nesses países esteve sempre embasado em **regimes ditatoriais**, onde o aparato estatal **planejava** os aspectos essenciais da economia, **intervinha** ativamente nela, **estatizando** ou controlando indiretamente vários setores, especialmente o financeiro. A receita obtida com as exportações foi acumulada para fomentar a industrialização, o mercado interno era fortemente protegido (para evitar a perda de divisas), o Estado, associado às empresas privadas, investiu maciçamente em tecnologia e formação de mão-de-obra especializada, e as empresas dos ramos estratégicos da economia foram agrupadas em conglomerados empresariais de caráter fortemente oligopólico, denominados na Coreia de Chaebol. Cúmulo da ironia, os governos direitistas de Taipé e Seul realizaram reformas agrárias radicais, a fim de modernizar a agricultura e acumular capital, tomando como referência algumas políticas de seus rivais comunistas.

Como se pode observar, o desenvolvimento capitalista da Ásia Oriental teve muito pouco a ver com o ideário liberal de Adam Smith. Alguns autores

chegaram a referir-se, com ironia, à experiência japonesa e à dos Tigres como uma espécie de "socialismo de direita", ou "capitalismo socialista". Obviamente que esse modelo, em última instância, se apoiava numa acumulação privada e atuava em benefício da constituição de poderosas empresas privadas nacionais, em associação com o capital cosmopolita e com as empresas transnacionais. Da mesma forma, a conjuntura de guerra fria trouxe a esses países uma série de benefícios que, historicamente, foram negados à América Latina e à África, por exemplo. Nesse sentido, todos eles **tiraram o máximo proveito econômico de seu alinhamento diplomático-militar**, o que não constitui, certamente, uma virtude do mercado. O que é essencial fixar, é que se tratava de um modelo misto de desenvolvimento, inserido numa economia mundial relativamente aberta e gozando de privilégios políticos específicos dentro desta, os quais pouco tinham a ver com as "leis" de mercado.

As reformas, a abertura da China e seus impactos nos anos 70 e 80

Durante os anos 70, o PCC introduziu uma série de reformas econômicas, as quais culminaram com um certo grau de abertura externa e a adoção de novos padrões de desenvolvimento. Esse processo não será descrito e analisado em detalhes, uma vez que outros artigos desta coletânea já abordam a questão. Com o término da Revolução Cultural e a aliança com os EUA, o maoísmo com ênfase na luta de classes começou a entrar em declínio. Mao Zedong morreu em 1976, e o grupo reformista ampliou seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping. Em 1978, o país adotou a política das Quatro Modernizações, que consagrou reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista e a criação de áreas específicas para a captação de capital estrangeiro e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação, conhecidas, posteriormente, como Zonas Econômicas Especiais (ZEE), geralmente províncias costeiras, onde foram introduzidas legislações próprias para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras. Era o ponto de partida do que Deng Xiaoping denominaria de **Economia Socialista de Mercado**.

A nova linha representava uma mudança profunda na estratégia chinesa. Até o início dos anos 60, a RP da China enfatizava os problemas ligados à sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e vivendo uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético se afigurava como necessária para atingir esse objetivo. Do início dos anos 60 aos 70, a preocupação do PCC voltou-se para a autonomia e a independência, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se, e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de tornar-se novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida.

A partir dos anos 70, a ênfase chinesa voltou-se para a modernização do país em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. O melhor caminho para atingir esses objetivos seria implementar uma política de reformas econômicas internas, abrir o país ao dinamismo da revolução tecnológica que se iniciava, associar-se à "decolagem dos gansos asiáticos" e tirar o máximo de benefícios econômicos e estratégicos de uma aliança com os Estados Unidos, durante uma fase de distensão internacional. Além disso, a normalização com o Japão, ocorrida em 1978, permitia a Beijing desmantelar progressivamente a *Pax Americana* na Ásia, que mantivera afastados os dois maiores países da região. Washington percebeu a nova conjuntura unicamente a partir de seus objetivos, sem levar em consideração todos os futuros desdobramentos dessa política. Afinal, a imagem de chineses bebendo Coca Cola parecia o sinal de uma vitória do Ocidente sobre o Oriente e do capitalismo sobre o socialismo. O mercado de um bilhão de pessoas parecia obcecar os EUA, tal como ocorrera com os ingleses no século XIX.

Nessa época, o Japão ingressava decisivamente na Terceira Revolução Industrial, concentrando-se nas áreas de informática, de automóveis, de robótica e em outros setores de ponta. Os Tigres, tanto por esforço próprio como em decorrência da nova conjuntura, desenvolviam a segunda fase japonesa, com o aço, a produção naval, os automóveis, os motores, os produtos elétricos e outros de tecnologia mais avançada. A China, por sua vez, associou-se a esse movimento recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais, desempenhando um papel econômico semelhante ao que fora o dos Tigres, explorando suas vantagens comparativas e competindo, de certa forma, com os países da ANSEA na divisão regional do trabalho. Contudo é preciso destacar um elemento que escapa a muitos analistas respeitáveis. Embora a China possuísse uma renda *per capita* baixa e sua

população, segundo os critérios ocidentais, fosse pobre e "ciclista", o país apresentava uma série de elementos positivos para uma arrancada econômica.

Ainda que marcada por inúmeras dificuldades bastante conhecidas, a RP da China não teria de partir do zero, como a Coreia do Sul dos anos 50. O país possuía uma base industrial considerável (siderurgia, máquinas e bens de consumo), ainda que insuficientemente modernizada, produção de energia, uma rede de transporte razoável e alguns núcleos tecnológicos satisfatórios para iniciar o desenvolvimento. Além da base material e da estabilidade sócio-política construídas pelo regime socialista, a China possuía ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus imensos recursos financeiros.

Ao alterar a ênfase de sua política da luta de classes para as reformas rumo ao mercado, à abertura externa e à aliança com Washington, os comunistas de Beijing não apenas reinseriam o país no concerto das nações, como multiplicavam os sinais de confiança, destinados a atrair os investimentos de seus compatriotas de além-mar, associando-os ao projeto e à modernização e oferecendo-lhes bons negócios. Eles eram 21 milhões em Taiwan, seis em Hong Kong, três em Cingapura, 400 mil em Macau e mais 30 milhões da diáspora chinesa em todo o Mundo. Essa estratégia foi coroada de sucesso, mesmo em relação aos arquinimigos do outro lado do estreito de Formosa. O Embaixador Amaury Porto de Oliveira chegou a esboçar o conceito de um **capitalismo internacional chinês**. Com a introdução do princípio de "uma nação, dois sistemas", Beijing conseguiu negociar exitosamente a reincorporação dos dois últimos enclaves coloniais, Hong Kong e Macau, previstos, respectivamente, para 1997 e 1999.

Os resultados das reformas e da abertura chinesa logo se fizeram sentir: nos anos 80, o país passou a exportar alimentos e vem conhecendo um notável crescimento econômico, que, desde o final daquela década, tem sido de mais de 10% ao ano (atingiu 13%, enquanto o conjunto da economia mundial tem se apresentado extremamente baixo, às vezes tendendo à estagnação ou ao retrocesso). O impacto da inserção mundial da China é imenso, não apenas pela elevadíssima taxa de crescimento, mas pelo peso econômico e populacional do país (mais de um quinto da humanidade), bem como por sua dimensão continental. À "revoada dos gansos" integrou-se um condor..., e que possui superávit comercial sobre o Japão e os EUA. O problema, entretanto,

não diz respeito apenas ao peso da China, mas principalmente às características do projeto chinês. Trata-se de uma potência nuclear, com imensa capacidade militar, além do fato de ser um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas.

Essa espetacular performance, porém, tem também sua contrapartida. Se o desmantelamento das comunas populares e a descoletivização do campo, por um lado, conduziram ao aumento da produção, por outro, criaram enormes desigualdades sociais e uma parcela de camponeses sem terra, que se tornaram assalariados ou migrantes que acabam marginalizados nas grandes cidades. Num país com mais de 800 milhões de camponeses, isso constitui um problema grave. Embora em menor intensidade, esse fenômeno também atingiu as cidades, num clima político bem mais complexo, e se agravou significativamente na segunda metade dos anos 80, com os impactos da Perestroika soviética.

As reformas soviéticas criaram expectativas imensas de uma rápida inserção internacional da URSS, mas concretamente levaram o país à beira do caos sócio-econômico e da desintegração política. Era um caminho bem diverso do chinês. Beijing desencadeara suas reformas internas e a abertura externa essencialmente no plano econômico, sem estendê-las ao político, ao contrário de Moscou, que as iniciou pelo sistema político, uma década depois. Ora, os reformistas de Deng Xiaoping começaram seu processo de mudanças quando a RTC se encontrava ainda em sua fase inicial, além de aproveitarem uma conjuntura internacional mais favorável, conservando seu sistema político unipartidário, o que possibilitou estabilidade e controle sobre as reformas. As reformas de Gorbachev, por outro lado, deram-se sem um plano estratégico claramente definido, sem controle político e, pior ainda, num momento em que a RTC já dera ao capitalismo uma dianteira inalcançável.

Os efeitos internacionais da Perestroika e a facilidade com que a URSS estava sendo integrada ao sistema mundial em uma posição politicamente subordinada levaram determinadas forças políticas (dos EUA, de Taiwan e do próprio país) a tentarem encaminhar a China no mesmo rumo. Não se tratava de mera "conspiração", pois as tensões sociais que acompanhavam as economicamente bem-sucedidas reformas chinesas eram consideráveis, além de os dirigentes chineses encontrarem-se divididos quanto aos limites e ao ritmo dessas mesmas reformas. O movimento popular multifacetado e contraditório emergia no país, e o jovem empresariado e os ultra-reformistas do PCC, nucleados em torno de Zhao Ziyang, procuraram capitalizá-lo em sua luta

contra os reformistas moderados ("neoautoritários") como "movimento pela democracia". A concentração popular na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), ponto de inflexão desse confronto, ocorreu durante as comemorações do Movimento de 4 de maio de 1919 e a visita de Gorbachev, que deveria encerrar três décadas de divergência e motivava os reformistas radicais. A repressão militar ao movimento em junho de 1989 e a conseqüente derrota dos ultra-reformistas impediram que a China tivesse o mesmo destino da União Soviética: a desagregação do país e o colapso do regime socialista.

Desenvolvimento e segurança no pós-Guerra Fria: problemas e perspectivas

O declínio e, finalmente, a desintegração da URSS puseram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, numa conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial. O fenômeno da globalização passa, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de pólos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional (União Européia e NAFTA), e a intensidade do processo de globalização provoca profundos efeitos desestabilizadores, gerando a fragmentação social e nacional, esta última particularmente presente nos países periféricos. É nesse quadro de reordenamento mundial que a Ásia-Pacífico, particularmente a Ásia Oriental, emerge como "nova fronteira" do capitalismo, dando sentido ao conceito braudeliano de **Economia Mundo**, esta centrada no Pacífico, em substituição à do Mediterrâneo e à do Atlântico. Muitos países latino-americanos começam a voltar-se para essa região, e a própria Austrália começa a "asiatizar-se", percebendo a inviabilidade de manter-se como enclave europeu no Pacífico. O país já aceita imigrantes asiáticos, que afluem em ritmo crescente, e no início do século XXI, deverá adotar novos símbolos nacionais voltados para a região, e não para a Commonwealth britânica. Alternativa semelhante começa a esboçar-se para a Nova Zelândia. A economia japonesa, por seu turno, expande-se cada vez mais para os novos Estados insulares do Pacífico.

O sucesso do "modelo asiático", entretanto, tem suas contrapartidas. É necessário desmistificar um pouco a "superioridade tecnológica"

japonesa, que não representa uma superioridade da ciência e da tecnologia nipônicas enquanto tal, mas sobretudo a eficácia dos mecanismos de utilização da força de trabalho e do gerenciamento dos fluxos de produção, representados pelo método *kanban* e pelos círculos de qualidade, pois uma eficaz gestão *just-in-time* não requer necessariamente uma tecnologia extremamente complexa. Além disso, muitos países da região, especialmente a China, conhecem tendências desestabilizadoras, fruto do acelerado crescimento, bem como da introdução de mecanismos de mercado numa sociedade ainda marcada pelas formas socialistas na esfera sócio-política. O fenômeno do rápido crescimento demográfico e da vertiginosa e caótica urbanização atinge toda a região (exceto o Japão), mas é particularmente preocupante na China, pois as reformas desarticularam a política de controle da natalidade, o que é perigoso num país com total volume de população.

Além disso, a Ásia-Pacífico depende estruturalmente do mercado mundial, tornando-se vulnerável à pressão de outros países ou a uma eventual crise desarticuladora do sistema comercial e financeiro internacional. Finalmente, deve-se assinalar que o "bloco" asiático não existe enquanto tal, pois não constitui um processo de integração institucionalizado como a União Européia e o NAFTA, mas um conjunto de economias articuladas através de uma divisão de trabalho apoiada em vínculos internacionais de mercado, que acaba funcionando como uma espécie de regionalismo aberto, apoiado, por sua vez, numa série de arranjos que poderiam ser denominados de minilateralismo seletivo. O Conselho Econômico da Ásia-Pacífico (APEC), fundado em 1989, representa a principal forma de articulação regional até o momento.

Os problemas e as perspectivas da Ásia-Pacífico não podem, contudo, ser avaliados unicamente a partir da perspectiva econômica. A segurança regional levanta uma série de interrogações que, provavelmente, condicionarão as possibilidades econômicas posteriores. A ascensão econômica da China, potenciando o incremento e a modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passou a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria, dentro de um cenário internacional de contornos pós-hegemônicos.

Com o final da Guerra Fria, os Estados Unidos têm se desengajado parcialmente da região, criando novos problemas para a segurança regional. Isso afeta em particular os Estados da ANSEA, que congregam uma população de 300 milhões de habitantes e são responsáveis por um PIB de US\$ 320

bilhões. A região é particularmente sensível ao ingresso da China na economia mundial, por seu peso e por anular certas vantagens comparativas da região. A ANSEA tem agido com rapidez, estreitando a cooperação política e econômica entre seus membros, para acelerar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança militar da região. Em 1995, o Vietnã, antigo rival, passou a integrar a organização, que futuramente poderá abarcar todo o Sudeste Asiático e Myanmar (Birmânia).

Dinamizados pelo desenvolvimento de Cingapura e, mais recentemente, pelos avanços da Malásia, da Tailândia e da Indonésia, a ANSEA também tem conhecido pressões externas de cunho político, mas que visam essencialmente a seu sistema econômico. Enquanto os EUA e outros países levantam contra a China acusações de violação dos direitos humanos, os Estados do Sudeste Asiático têm sido acusados de não respeitar os direitos trabalhistas, o que diminuiria as vantagens comparativas dos demais países. A esse propósito, o Primeiro Ministro da Malásia, Datuk Mahatir Mohamad, ironizou: "(...) quando éramos meros exploradores de seringais e minas de estanho, ninguém se preocupava com nossos salários". Devido a obstáculos desse tipo e face a determinados perfis que se esboçam na ordem internacional emergente, a Malásia e outros países da região têm procurado rearticular o Movimento dos Países Não-Alinhados e a cooperação Sul-Sul, dotando-os de novos conteúdos.

No fundo, o alvo ocidental são os elementos constitutivos do chamado "modelo asiático", que, indiferente à autodefinição dos Estados como capitalistas ou socialistas, possui determinados traços em comum. A noção de mercado capitalista encontra-se invariavelmente associada à de Estado forte, regulador, planejador e intervencionista, baseado em regimes personalistas, autoritários e fundados em partidos únicos. Segundo acadêmicos cingapureanos, o modelo asiático tem as seguintes características: a legitimidade dos dirigentes políticos funda-se na eficácia governamental, há um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem é oferecida em troca do respeito à autoridade; desenvolve-se a autoconfiança nos trabalhadores, sem um excesso de benefícios propiciados pelo Estado; a imprensa deve ser livre, mas responsável; e o individualismo excessivo do Ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade. Mais ainda, os direitos humanos não são considerados universais e abrangentes, abarcando os aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, de forma indivisível.

No plano internacional, esses regimes insistem, cada vez mais, na autonomia e na não-ingêrência nos assuntos internos, embora continuem achando positiva a presença norte-americana na segurança regional, como forma de manter a paz e a estabilidade, indispensáveis à continuidade de seus processos de desenvolvimento econômico. As questões da democracia e do mercado, que aparentemente introduzem uma clivagem entre Ocidente e Oriente, constituem, na verdade, predominantemente uma oposição Norte-Sul. Novos países periféricos, e não ocidentais, ascendem ao desenvolvimento num momento em que este parece envelhecer. Com o fim da Guerra Fria, isso parece tornar-se injustificável e insuportável. Daí as manifestações racistas contidas na teoria do "conflito de civilizações e culturas", de Samuel Huntington.

As reformas internas rumo ao mercado e a abertura externa do Vietnã, com a permanência de um sistema político fundado no marxismo-leninismo, aproximam o modelo do país do exemplo chinês. Dramaticamente afetado pelo desaparecimento do campo soviético, o país restabeleceu relações com a China em 1992 e com os EUA em 1995, integrando-se rapidamente à economia mundial graças a uma legislação de investimentos ainda mais liberal que a chinesa. De forma indisfarçável, Washington aproximou-se do mais jovem candidato a Tigre Asiático com a finalidade de fortalecer um grupo de países que pudessem contrabalançar o peso da China, explorando ainda o contencioso Beijing-Hanói das Ilhas Spratli, localizadas no Mar da China Meridional e ricas em petróleo. Sem dúvida, a história tem suas ironias... Este também parece ser o caso da Índia, outro antigo aliado da URSS, que hoje se integra à economia mundial e que tem sido aventada como uma alternativa à China. Se, efetivamente, a Índia vier a desempenhar um papel econômico como o da China e o do Vietnã, cabe perguntar onde se encontrarão novos mercados e fontes abastecedoras de matérias-primas?

A multilateralidade, que já existia desde a época da Guerra Fria na Ásia, tem se aprofundado na região. Mais do que meros apêndices da economia japonesa, a China e os Tigres (da primeira e da segunda geração) têm se tornado competidores ambiciosos, embora suas economias continuem fortemente interdependentes, o que, aliás, também ocorre em relação à economia norte-americana. Por outro lado, o Japão tem conhecido uma prolongada crise econômica e política, o que reforça o papel dos demais protagonistas regionais. Na conferência da APEC, em 1994, na Indonésia, decidiu-se estabelecer uma área de livre comércio na Ásia-Pacífico, com um período de adaptação até o ano de 2010 para os países desenvolvidos e até 2020 para os em desen-

volvimento. Mas os EUA parecem querer dar ao processo um conteúdo que implique o afastamento do Japão do multilateralismo, aproximando-o do regionalismo (a "Comunidade do Pacífico"), em que a interdependência bilateral desses países ensejaria a criação da economia *nichibei* (expressão cunhada a partir dos caracteres japoneses *nihon*, Japão, e *beikoku*, Estados Unidos).

Segundo o asianista Henrique Altemani de Oliveira,

"(...) a nova política dos Estados Unidos para a região, expressa na proposta da **Comunidade do Pacífico**, pressupõe uma liderança americana sob uma nova balança de poder entre as principais potências da região, a China, o Japão, o Sudeste Asiático, a Rússia e os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo objetiva reduzir barreiras às exportações americanas e aprofundar a interdependência econômica. Os líderes chineses igualmente aparentam estar operando sob a premissa de que um sistema de balança de poder está emergindo na Ásia-Pacífico. Os tomadores de decisão de Beijing estão cultivando relações melhoradas com Moscou e Tóquio e modernizando sua capacidade militar para conter o que eles vêem como desenho estratégico de Washington para dominar a estrutura estratégica do pós-Guerra Fria na Ásia-Pacífico. Ao mesmo tempo, entretanto, perseguem os benefícios econômicos de sua política de 'portas abertas', para sustentar seus esforços no desenvolvimento da **economia socialista de mercado**. (...) O Japão visa minimizar os legados do passado militarista que os tomadores de decisão julgam ainda estarem presentes no seu relacionamento com os vizinhos asiáticos" (OLIVEIRA, H., 1995, p.12).

Tóquio parece preferir a APEC como uma organização mais informal, como forma de contornar a estratégia norte-americana.

Concluindo, a Ásia-Pacífico afigura-se não apenas como um desafio político-econômico para o resto do Mundo, mas como um desafio teórico. É preciso pensar a região e seu processo de desenvolvimento a partir de conceitos sobre os quais operam, e não a partir dos nossos. Só assim será possível apreender as sutilezas e a imensa gama de possibilidades expressas pelo que se poderia denominar de propostas chinesa e norte-americana. Mais do que disputas nacionais, estas representam projetos para a estruturação de uma nova ordem mundial. E, com toda a certeza, a Ásia-Pacífico constitui o pólo no qual esse desafio global será decidido.

Bibliografia

- BOUISSOU, Jean - Manle, FAURE, Guy, LAIDI, Zaki (1992). **L'expansion de la puissance japonaise**. Bruxelles: Complexe.
- DEXIANG, Jin (1994). **China's Asia - Pacific policy**. Beijing. (Paper)
- DOBSON, Wendy, YUAN, Lee Tsao (1994). APEC: co-operation amidst diversity. **ASEAN Economic Bulletin**, Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, v.10, n.3.
- DOMENACH, Jean-Luc, RICHER, Philippe (1995). **La Chine: de 1971 à nos jours**. Paris: Seuil. v.2.
- DOMENACH, Jean-Luc, GODEMENT, François, dir. (1994). **Communismes d'Asie: mort ou métamorphose?** Bruxelles: Complexe.
- FUNABASHI, Yoichi (1994). A asianização da Ásia. **Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra, v.2, n.4.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). Choque das civilizações? **Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra, v.2, n.4.
- JOYAUX, François (1991). **Géopolitique de l'Extrême-Orient**. Bruxelles: Complexe. 2.v.
- KRISTOF, Nicholas D. (1994). A ascensão da China. **Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra, v.2, n.4.
- LIAO, Kuang-Sheng, ed. (1993). **The new international order in east Asia**. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong.
- LOROT, Pascal, SCHWOB, Thierry (1987). **Singapour, Taiwan, Hong Kong, Corée du Sud: les nouveaux conquérants?** Paris: Hatier.
- LUHULIMA, C. P. F. (1994). **The prospect of ASEAN political, security and economic cooperation**. Singapore: ASEAN-ISIS Colloquium. (Paper).
- MARGOLIN, Jean-Louis (1993). Extremo - oriente: sentido y prosperidad. In: LAIDI, Zaki, dir. **Pensar el mundo después de la guerra fría**. México: Grupo Perfil.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de (1993). **O Brasil e a bacia do Pacífico**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/MRE. (Caderno especial IPRI)
- OLIVEIRA, Amaury Porto de (1994). **O sudeste da asiático no pós-Camboja: inserção do Vietnã**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/MRE. (Cadernos do IPRI, n.9).

- OLIVEIRA, Amaury Porto de (1995). Duas visões da APEC (Conselho Econômico da Ásia-Pacífico). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v.38, n.1.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de (1995). **A Ásia-Pacífico e o reordenamento das Relações Internacionais**. São Paulo: USP. (Paper)
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de, AMORIN, Wellington (1993). Bloco asiático: realidade e limites. In: VIZENTINI, Paulo G. F., org. **A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- PACIFIC economic outlook 1994-1995 (1994). Singapore: Pacifica Economie Cooperation Council.
- PINTO, Paulo A. P. (1994). **A ASEAN em busca de uma agência própria: segurança e democracia no sudeste asiático**. Manila. (Paper)
- REISCHAUER, Edwin O. (1981). **Histoire du Japon et des japonais**. Paris: Seuil.
- ROSS, Robert, ed. (1993). **China, the United States and Soviet Union: bipolarity and policy making in the Cold War**. Armonk/ New York: ME Sharpe.
- SALINAS, Samuel (1985). **O bando dos quatro: a industrialização no sudeste asiático**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- SCHWARTZ, Gilson (1995). Cooperation or rivalry? regional integration. In: THE AMERICAS and the Pacific rim. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos sobre o Japão e o Pacífico. (Paper).
- SHU-KI, T. Sang (1993). **Dynamic economic growth in greater China: prospects and problems**. Hong Kong. (Paper).
- SUINIEN, Liu, QUNGAN, Wu, red. (1987). **Breve historia de la economia socialista de China (1949-1984)**. Beijing: Beijing Informa.
- TANG, James H. (1993). **Multilateralism in northeast Asian International Security: an illusion or a realistic hope?** Hong Kong: NPCSD. (Working paper, n.25).
- TANG, James H. (1994). **From tianamen to blake island: 're-normalizing' sino-american relations in the post - cold war era**. Hong Kong. (Paper).
- THOMPSON, Roger C. (1994). **The pacific basin since 1945: a history of the foreign relations of the Asian, Australasian and American rim States and the Pacific Islands**. New York: Longman.

- VIZENTINI, Paulo G. F. (1990). **Guerra do Vietnam: descolonização e revolução**. 2.ed. Porto Alegre: EDUFRGS.
- WONG, Anita et al. (1994). The rise of four little dragons. **Euroasian Journal of Management**, Macau: University at Macau, jul.
- XIAOPING, Deng (1985). **Construir un socialismo con peculiaridades chinas**. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- ZEMIN, Jang (1993). Acelerar a reforma, abertura e a modernização para a causa do socialismo chinês. **Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra, v.1, n.4.